

Perspetivas de Vida de Crianças e Jovens em Acolhimento Familiar e Residencial

João M. S. Carvalho¹; Paulo Delgado²; Fátima Correia³; Sílvia Alves⁴

Recibido: 24 de febrero de 2020 / Aceptado: 23 de noviembre de 2020

Resumo. Este estudo teve como objetivo compreender as perspetivas de vida de crianças e jovens, entre os 11 e os 15 anos, que se encontram em acolhimento familiar ou residencial. Pretendeu-se refletir sobre os fatores que contribuem para o seu bem-estar subjetivo, através dos seus discursos no contexto de quatro grupos focais. Concluiu-se que estas crianças e jovens consideravam a sua situação atual como mais vantajosa do que aquela que tinham antes com as suas famílias biológicas, usufruindo de mais bens materiais e, em particular no caso do acolhimento familiar, sentiam o afeto de que necessitam para o seu desenvolvimento harmonioso. A principal diferença entre os dois grupos parece ser as suas perspetivas de futuro, em que a maioria das crianças e jovens em acolhimento familiar manifestaram o desejo de ingressar cedo no mercado de trabalho, enquanto os que estavam em acolhimento residencial desejavam todos concluir estudos superiores.

Palavras chave: Bem-estar subjetivo; acolhimento familiar; acolhimento residencial; grupos focais.

[es] Perspectivas de Vida de Niños y Jóvenes en Acogida Familiar y Residencial

Resumen. Este estudio tuvo como objetivo comprender las perspectivas de vida de niños y jóvenes, entre 11 y 15 años, que se encuentran en cuidado familiar o residencial. Se pretendía reflexionar sobre los factores que contribuyen a su bienestar subjetivo a través de sus discursos en el contexto de cuatro grupos focales. Se concluyó que estos niños y jóvenes consideraban que su situación actual era más ventajosa que antes con sus familias biológicas, que disfrutaban de más bienes materiales y, en particular en el caso del cuidado familiar, sentían el afecto que necesitaban para su desarrollo armonioso. La principal diferencia entre los dos grupos parecen ser sus perspectivas de futuro, en las que la mayoría de los niños y jóvenes en acogida familiar expresaron su deseo de ingresar al mercado laboral temprano, mientras que aquellos en cuidado residencial querían completar la educación superior.

Palabras clave: Bienestar subjetivo; acogida familiar; acogida residencial; grupos focales.

[en] Children's and Youth's Life Perspectives in Foster and Residential Care

Abstract. This study aimed to understand the perspectives of life of children and young people, between 11 and 15 years old, who are in foster or residential care. It was intended to reflect on the factors that contribute to their subjective well-being through their speeches in the context of four focus groups. It was concluded that these children and young people considered their current situation to be more advantageous than they had before with their biological families, enjoying more material goods and, in particular in the case of foster care, felt the affection they need to their harmonious development. The main difference between the two groups seems to be their future prospects, in which the majority of children and young people in foster care expressed a desire to enter the labor market early, while those in residential care all wanted to complete higher education.

Keywords: Subjective well-being; foster care; residential care; focus groups.

Sumario. 1. Introdução. 1.1. O bem-estar subjetivo das crianças e jovens integrados no sistema de proteção. 1.2. O bem-estar subjetivo em acolhimento residencial. 1.3. O bem-estar subjetivo em acolhimento familiar. 2. Método. 2.1. Objetivo. 2.2. Participantes. 2.3. Procedimentos. 2.4. Questões éticas. 2.5. Tratamento dos dados. 3. Resultados. 3.1. Tema: acolhimento. 3.1.1. Solução para crianças e jovens em situação de risco. 3.1.2. Características da experiência de acolhimento. 3.2. Tema: Relacionamentos e interações interpessoais. 3.2.1. Família biológica. 3.2.3. Amigos. 3.3. Tema: Autodeterminação. 3.3.1. Privacidade. 3.3.2. Autonomia na tomada de decisão. 3.3.3. Perspetivas de futuro. 4. Discussão. 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

Cómo citar: Carvalho, J. M. S.; Delgado, P.; Correia, F.; Alves, S. (2021): Perspetivas de Vida de Crianças e Jovens em Acolhimento Familiar e Residencial, *Sociedad e Infancias*, 5, número especial, 133-144.

¹ Universidade Portucalense. CICS.NOVA.UMinho/REMIT (Portugal).

E-mail: joaomscarvalho@gmail.com

² InED-Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto (Portugal).

E-mail: pdelgado@ese.ipp.pt

³ InED-Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto (Portugal).

E-mail: fatimacorreia@ese.ipp.pt

⁴ InED-Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto (Portugal).

E-mail: silviaalves@ese.ipp.pt

1. Introdução

A Convenção sobre os Direitos da Criança, no seu art.º 12º, considera a criança como um sujeito ativo, cuja opinião deve ser tida em conta na tomada de decisão sobre as questões que lhe digam respeito (CDC, 1989). Assim, é fundamental que as crianças e jovens sejam também ouvidos, para além de responderem a inquéritos, no âmbito da investigação científica sobre o seu bem-estar. Não obstante, e apesar do bem-estar subjetivo ser uma componente essencial da qualidade de vida, verificamos que os estudos sobre o bem-estar subjetivo em crianças e jovens são ainda em número insuficiente, pelo menos quando comparados com os mesmos estudos em adultos (Huebner, 2004 cit. in Casas et al., 2015). O conceito de bem-estar subjetivo caracteriza-se por um conjunto de perceções dos indivíduos, englobando uma dimensão cognitiva, associada à avaliação que os sujeitos fazem da sua vida e, por outro lado, uma dimensão afetiva, relacionada com as emoções que decorrem das suas experiências (Schütz et al., 2015).

No que diz respeito às crianças e jovens, o bem-estar também pode ser definido a partir de várias dimensões, nomeadamente as suas características pessoais, a idade e a maturidade, assim como o contexto de vida de cada uma, a partir do pressuposto que a infância é uma fase única da identidade da criança ou jovem (Ben-Arieh, 2006). A componente emocional do bem-estar nas crianças e jovens é menos estável do que a dimensão cognitiva, devido à diversidade de situações com as quais as crianças e jovens se deparam ao longo das diversas fases do seu desenvolvimento (Dinisman et al., 2012).

Na literatura (cf. Ben-Arieh, 2006; Lima e Morais, 2018) existe consenso sobre que o estudo do bem-estar subjetivo das crianças e jovens se deve focar nos aspetos positivos da sua vida e do seu bem-estar atual, e não somente no bem-estar futuro enquanto adulto, assim como no bem-estar global, em detrimento das condições necessárias à sua sobrevivência. Deve também centrar-se em domínios como as suas atividades, a sua segurança, a sua participação cívica, e não apenas nos domínios tradicionais, como é o caso da saúde ou da educação (Ben-Arieh, 2006; González et al., 2015). O bem-estar das crianças e jovens deve-se focar, ainda, nas suas redes sociais, nas relações de suporte com os pares, familiares e educadores, no modo como se sentem sobre si mesmos e no envolvimento em atividades.

Se é verdade que, no geral, os estudos sobre bem-estar subjetivo das crianças e jovens são reduzidos, mais diminutas são ainda as investigações que relacionam o bem-estar subjetivo com os contextos de vida das crianças e jovens (Carvalho et al., 2020; Wilson et al., 2020). Os contextos em que as crianças e jovens estão inseridas influenciam o seu bem-estar, nomeadamente o acesso a bens materiais, como a internet, a aquisição de roupas ou livros, bem como a relação que estabelecem com os adultos e a estabilidade destas relações (Children's Worlds, 2016; Schütz et al., 2015). Os estudos existentes demonstram que as mudanças que ocorrem nos ambientes das crianças e jovens influenciam o seu bem-estar subjetivo (e.g., Montserrat et al., 2015; Rees e Dinisman, 2015). No Brasil, Dell'Aglio e Siqueiro (2010) concluíram que as crianças e jovens que vivem em instituições, assim como os que vivem com as suas famílias desfavorecidas, partilham fatores de risco, como baixo desempenho académico e a vivência de eventos stressantes. Todavia, verificaram que a situação é mais grave para crianças e jovens institucionalizados, que apresentam um maior índice de reprovação escolar, para além de terem um maior número de irmãos em média, e uma percentagem menor de pais morando juntos.

Na perspetiva de Newland et al. (2014), quanto mais satisfatórias forem as experiências das crianças e jovens na família, na escola e na comunidade, maiores serão os seus níveis de bem-estar (Alcantara et al., 2017). De facto, a existência de uma rede social de apoio funciona como fator de proteção e potencia uma perceção mais positiva da vida (Delgado et al., 2019).

1.1. O bem-estar subjetivo das crianças e jovens integrados no sistema de proteção

Relativamente às crianças e jovens que vivem integrados nos sistemas de proteção, têm surgido nos últimos anos estudos que comparam o bem-estar de crianças e jovens na população em geral com as que vivem em acolhimento residencial ou em acolhimento familiar (e.g., Carvalho et al., 2019; Dinisman et al., 2012; Llosada-Gistau et al., 2015). O estudo de Llosada-Gistau et al. (2017) demonstra que quanto maior a satisfação das crianças e jovens com a medida de colocação, maiores serão os seus níveis de bem-estar, o que desde logo reforça a importância das crianças e jovens serem ouvidas e tidas em consideração quanto à medida a aplicar. Em Portugal, uma criança com 12 ou mais anos de idade pode opor-se à intervenção, no âmbito do processo de proteção que decorre nas Comissões de Proteção, inclusive contra a vontade dos seus pais ou representantes legais. A oposição da criança com idade inferior a 12 anos é igualmente considerada relevante, de acordo com a sua capacidade para compreender o sentido da intervenção (Ramião, 2014).

Por outro lado, existem outros fatores que influenciam positivamente o nível de bem-estar das crianças e jovens integrados em sistemas de proteção, nomeadamente o facto de não ter existido nenhuma rutura familiar anterior ao acolhimento (Llosada-Gistau et al., 2017), a estabilidade do tipo de acolhimento (Montserrat et al., 2015) e a existência de vínculos afetivos seguros no local de acolhimento (Delgado et al., 2019).

Portugal tem manifestado uma tendência para privilegiar a colocação residencial e reduzir a percentagem de crianças e jovens que são encaminhados para o acolhimento familiar (Instituto da Segurança Social, 2018). De acordo com o quadro legal (Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo – Lei n.º 142/2015, de 1 de setembro), o acolhimento familiar consiste, segundo o artigo 46º, na atribuição da confiança das crianças e jovens a uma pessoa

singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, proporcionando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar, e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral. O acolhimento residencial, por sua vez, traduz-se, de acordo com o artigo 49º, na colocação das crianças e jovens aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados.

Nos últimos dez anos, de 2008 a 2017, e apesar de uma redução de quase 25% no número total de crianças e jovens acolhidas, de 9.956 para 7.553, a institucionalização aumentou em termos relativos, uma vez que passou de 91% para 97%. Os últimos dados disponíveis revelam que, das 7.553 crianças e jovens acolhidos em Portugal, apenas 246 se encontravam em famílias de acolhimento (Instituto da Segurança Social, 2018).

1.2. O bem-estar subjetivo em acolhimento residencial

No que respeita aos estudos relativos ao bem-estar subjetivo, verifica-se que os seus valores são significativamente inferiores nas crianças e jovens que residem em acolhimento residencial comparativamente com as crianças e jovens que vivem na população em geral (cf. Dinisman et al., 2012; Llosada-Gitsau et al., 2015; Delgado et al., 2019). Estas diferenças poderão ser explicadas pelo impacto da medida de acolhimento residencial no desenvolvimento das crianças e jovens, nomeadamente pela organização das casas de acolhimento, com regras definidas, horários e atividades estruturadas (Carvalho e Manita, 2010), mas também pela reduzida possibilidade no estabelecimento de vínculos afetivos seguros (Delgado et al., 2019). Talvez por estes motivos, o desejo de voltar para casa é uma constante nos discursos das crianças e jovens que estão em acolhimento residencial (Carvalho e Manita, 2010), mesmo que esse desejo nunca venha a ser concretizado.

A literatura também nos sugere que existe uma relação entre bem-estar subjetivo e a dimensão dos centros de acolhimento. Residir em instituições com menor lotação influencia de forma positiva o bem-estar subjetivo (Llosada-Gitsau et al., 2017), o que pode ser explicado pelo facto de quanto menor for a dimensão do centro e mais reduzido o número de crianças e jovens acolhidas, maior é a probabilidade de este adotar regras e atividades mais flexíveis, com uma atenção e suporte mais individualizados, com interações mais estáveis, e com dinâmicas mais próximas daquelas que existem em ambiente familiar. Esta ideia corresponde aos resultados das investigações de Montserrat et al. (2015), que associam o bem-estar das crianças e jovens mais à estabilidade do que ao tempo em que permanecem no centro de acolhimento. Por este motivo, as crianças e jovens tendem a ter maiores níveis de bem-estar subjetivo quando a institucionalização não implica mudanças significativas nos seus contextos de vida, nomeadamente a possibilidade de, após a institucionalização, se manterem na mesma escola, nas mesmas atividades de lazer no tempo livre e até nos mesmos serviços de saúde (Dinisman et al., 2012).

Por outro lado, a estabilidade associa-se também à maior probabilidade de desenvolvimento de relações de vinculação significativas e à criação de vínculos afetivos. O estudo de Drapeau et al. (2007) concluiu que a qualidade das relações interpessoais das crianças e jovens em acolhimento residencial parece contribuir para que venham a ser mais resilientes. No entanto, a forma como os centros de acolhimento se organizam, com turnos de trabalho, com pares que regressam a casa ou saem da instituição para uma nova resposta, ou com a contratação de novos educadores, é geradora de ruturas constantes, o que não facilita a individualidade e a proximidade (Carvalho e Manita, 2010).

O bem-estar subjetivo pode ainda associar-se aos objetos que as crianças e jovens têm. No acolhimento residencial verifica-se que, mesmo oferecendo o acesso a bens materiais que as crianças e jovens não tinham nos contextos anteriores à institucionalização, é necessário partilhar esses itens, o que influencia a perceção de uso pessoal (Schütz et al., 2015). O bem-estar associa-se, ainda, à importância que as crianças e jovens atribuem à participação, à possibilidade de poderem contribuir para a definição do seu projeto de vida e para a gestão da casa de acolhimento (Carvalho e Manita, 2010).

Por fim, no que respeita às expectativas futuras, as crianças e jovens que estão em acolhimento residencial avalliam de forma mais negativa o seu percurso de vida (Schütz et al., 2015). Se é verdade que o bem-estar global das crianças e jovens em acolhimento residencial é mais baixo do que as crianças e jovens da população geral, também não deixa de ser verdade que existe uma correlação positiva entre bem-estar subjetivo e variáveis psicológicas, tais como a autoestima, a autoimagem, a resiliência e o otimismo (Delgado et al., 2019; Schütz et al., 2015). Muitas vezes, a experiência de residência num centro de acolhimento residencial comporta um estigma e menores oportunidades para estas crianças e jovens. Em termos educacionais, verifica-se que existem fragilidades nas crianças e jovens em acolhimento residencial, nomeadamente índices mais elevados de absentismo e abandono, insucesso escolar e menor rendimento académico (Oliveira et al., 2015). Esta ideia é corroborada por Schütz et al. (2015), os quais constataram que adultos que viveram, enquanto crianças e jovens, em acolhimento residencial, demonstravam maior dificuldades no prosseguimento dos estudos do que aquelas que viveram a sua infância na família.

1.3. O bem-estar subjetivo em acolhimento familiar

Os estudos sobre o bem-estar subjetivo das crianças e jovens em acolhimento familiar são reduzidos. Em Portugal, Delgado et al. (2019) compararam o nível de bem-estar das crianças e jovens que vivem em acolhimento familiar com aquelas que vivem na população em geral, verificando que ele é semelhante nos dois grupos. No entanto, com-

parando com as crianças e jovens que residem em acolhimento residencial, verifica-se que as que vivem em acolhimento familiar percebem um maior nível de bem-estar subjetivo num conjunto de domínios da sua vida, como educação, saúde, relações sociais e ocupação dos tempos livres (Delgado et al., 2019). Estas conclusões coincidem com as obtidas por Llosada-Gistau et al. (2019) nos estudos realizados na Catalunha. Lausten e Fredriksen (2016) concluíram, igualmente, que o acolhimento familiar é capaz de promover o bem-estar das crianças e jovens de maneira mais eficaz que o acolhimento residencial, uma vez que as crianças e jovens acolhidos em famílias relatam com mais frequência que se sentem amados pelo cuidador, sentem elevado apoio social e, em grande medida, sentem-se mais seguros com seus cuidadores do que as crianças e jovens em acolhimento residencial.

Chapman et al. (2004, cit. in Carvalho e Manita, 2010), por sua vez, realizaram um estudo em que procuraram analisar as percepções de crianças e jovens em relação às experiências de acolhimento. Os resultados evidenciaram que as crianças e jovens em acolhimento familiar apresentavam um contacto mais regular com os pais biológicos, e o desejo de que esse acolhimento se tornasse permanente.

Em Portugal, foi igualmente possível concluir que as crianças e jovens que vivem em acolhimento familiar apresentam relações de maior proximidade com os acolhedores, o que se traduz em mais oportunidades de participação e cuidado individualizado (Delgado et al., 2019). Esta proximidade traduz-se numa maior estabilidade para as crianças e jovens acolhidos e, por este motivo, grande parte deles mantém-se a viver com os acolhedores depois de cumprir os 18 anos (Delgado et al., 2015). A estabilidade garante a oportunidade de as crianças e jovens desenvolverem um sentimento de pertença, de segurança e de confiança, no presente e, sobretudo, no futuro (Llosada-Gistau et al., 2019).

2. Método

2.1. Objetivo

Este estudo teve como objetivo compreender as perspetivas de crianças e jovens, em acolhimento familiar e acolhimento residencial, sobre os fatores que contribuem para o seu bem-estar subjetivo, utilizando uma abordagem qualitativa, que permitisse aprofundar mais o conhecimento sobre as suas perspetivas de vida. Neste sentido, este estudo reflete sobre as semelhanças e diferenças entre os discursos nos dois grupos de crianças e jovens, nomeadamente no que respeita à experiência de acolhimento familiar ou residencial, às relações sociais quer com a família biológica quer com os acolhedores e amigos e, por fim, relativamente às possibilidades de autodeterminação, como são as questões da privacidade, da autonomia e da participação nas tomadas de decisão ou sobre as perspetivas de futuro.

2.2. Participantes

Neste estudo de metodologia qualitativa, os dados foram recolhidos através de grupos focais com crianças e jovens em situação de acolhimento familiar e acolhimento residencial, com idades entre os 11 e os 15 anos. A dinâmica de grupo, característica desta técnica de recolha de dados, permite obter dados mais ricos pela pluralidade de ideias e interação dos participantes, face a entrevistas individuais ou questionários (Bazeley, 2013). Na verdade, os grupos focais possibilitam, através da interação entre os participantes, uma pluralidade de ideias.

O processo de recrutamento dos participantes incluiu a obtenção de autorização do Departamento competente de proteção à criança e a apresentação do projeto de pesquisa aos diretores dos centros residenciais. As crianças foram selecionadas por meio de uma amostragem de conveniência com base em algumas variáveis de segmentação: centros residenciais de tamanho médio em duas cidades, com crianças de ambos os sexos e diversidade étnica. As sessões dos grupos focais foram realizadas nas instalações das duas instituições com a autorização dos seus diretores e das famílias envolvidas.

Foram realizados quatro grupos focais no período entre maio e junho de 2019, com uma duração entre 50 a 60 minutos. A composição dos grupos foi de nove, oito (dois grupos focais de crianças e jovens em acolhimento residencial), seis e cinco participantes (dois grupos focais de crianças e jovens em acolhimento familiar). Tentou-se que, nos grupos focais, o número de participantes não excedesse as 10 crianças e jovens, de forma a facilitar a interação. Os encontros foram facilitados por um único moderador, o segundo autor deste trabalho. No total, participaram nos grupos focais 28 crianças e jovens: em acolhimento familiar ($n = 11$; seis do sexo masculino e cinco do feminino) e em acolhimento residencial ($n = 17$; seis do sexo masculino e 11 do feminino). A média de idades era de 12,94 anos ($DP = 1,71$).

2.3. Procedimentos

Face aos objetivos deste trabalho foi elaborado um guião de entrevista para os grupos focais, cujo conteúdo contemplou questões abertas relacionadas com a experiência de acolhimento, designadamente: as características do acolhimento; as relações interpessoais com a família biológica, a família de acolhimento, os profissionais e os amigos; e as suas expectativas relativamente ao futuro. Estas questões abertas possibilitaram a necessária flexibilidade na condução do grupo focal, permitindo a introdução dos temas gerais, que foram sendo conduzidos para as questões

mais específicas. Por outro lado, e ainda com este objetivo, os participantes foram distribuídos em torno de uma mesa retangular ou dispostos em cadeiras arrumadas de forma circular. As sessões foram gravadas com o devido consentimento dos participantes, tendo sido conduzidas por dois investigadores, um que assumiu o papel de moderador do debate, e outro que foi registando dados relacionados com a autoria das intervenções e com as atitudes comportamentais do grupo em relação a cada tema.

2.4. Questões éticas

A participação das crianças é essencial uma vez que o estudo procura recolher as suas perceções sobre o bem-estar e a qualidade das suas vidas, a sua opinião sobre os resultados do acolhimento e as suas expectativas relativamente ao futuro. No entanto, uma vez que a pesquisa envolve crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, foram adotadas medidas que asseguraram uma participação voluntária no estudo e que evitaram qualquer forma de estigmatização, nomeadamente a garantia de que seria mantido o anonimato e a confidencialidade das crianças e jovens e das suas respostas; a clarificação dos objetivos do estudo bem como a possibilidade de solicitar, a qualquer momento, esclarecimentos sobre a investigação; foi explicitado o seu direito a não responder a quaisquer questões, a aceder e retificar as informações fornecidas ou cancelar a participação no estudo a qualquer momento. Neste artigo, as crianças são mencionadas através de siglas e números para se distinguirem: acolhimento residencial (AR) e acolhimento familiar (AF). Foi, igualmente, assegurada a recolha do consentimento da participação das crianças na investigação junto dos seus pais ou representantes legais e solicitado aos participantes a autorização para a gravação áudio dos grupos focais, para posterior transcrição e análise.

2.5. Tratamento dos dados

O material gravado dos grupos focais foi transcrito na sua totalidade e constituiu o corpus de análise, ao qual se aplicou a técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977) para simplificar os dados subjetivos correspondentes à opinião de vinte e oito crianças e jovens e, atribuir sentido ao conteúdo dos seus discursos. Assim, os dados obtidos foram classificados em categorias para a análise. Estas categorias foram previamente estabelecidas com base na orientação teórica e no objetivo do estudo que fundamentou a elaboração do guião dos grupos focais. O processo de categorização iniciou-se pela leitura, em conjunto, de cada grupo focal por dois investigadores, com o propósito de verificar a concordância do discurso dos participantes com os temas estabelecidos à priori, e a tendência/padrões de discurso na organização de categorias e subcategorias. Ao longo da análise dos grupos focais foram medidos os acordos entre os dois investigadores. Os valores dos acordos obtidos situaram-se entre os 90 e os 95%.

O discurso categorizado foi analisado, procurando examinar as semelhanças e diferenças na experiência de acolhimento entre as crianças e jovens em acolhimento familiar e as crianças e jovens em acolhimento residencial. Para além disso, foi contabilizada a frequência das referências das crianças e jovens dos dois grupos em cada categoria de análise.

3. Resultados

Os resultados serão apresentados em função dos temas e categorias determinados no processo de codificação levado a cabo pelos investigadores, no âmbito da análise de conteúdo.

Os temas e categorias emergentes na produção discursiva dos participantes podem ser observados na Tabela 1, na qual se distingue entre o discurso das crianças e jovens em acolhimento residencial e o das crianças e jovens em acolhimento familiar.

Tabela 1. Sumário do procedimento de codificação.

Temas	Categorias	Acolhimento residencial	Acolhimento familiar
Acolhimento	Solução para crianças e jovens em situação de risco	(Falta) Condições da família biológica	Atenção/carinho recebido na família de acolhimento
	Características da experiência de acolhimento	Acesso a condições materiais	Afeto
		Falta da família biológica	Acesso a condições materiais
Relacionamentos e interações interpessoais	Família biológica	Importância do contacto com família biológica	Importância do contacto com família biológica
	Profissionais do acolhimento/família de acolhimento	Relacionamento positivo (cuidadores com paciência)	Relacionamento positivo (o afeto é progressivo)
	Amigos	Conhecedores da situação de acolhimento	Conhecedores da situação de acolhimento

Temas	Categorias	Acolhimento residencial	Acolhimento familiar
Autodeterminação	Privacidade	Falta de privacidade	Respeito pela privacidade
	Autonomia na tomada de decisões	Não participação na tomada de decisão	Participação na tomada de decisão
	Perspetivas de futuro	Continuidade dos estudos	Início de vida laboral
		Regressar à família biológica	Construir uma vida diferente da família biológica

Fonte: elaboração própria.

3.1. Tema: Acolhimento

3.1.1. Solução para crianças e jovens em situação de risco

Entre as 17 crianças e jovens em acolhimento residencial, oito referiram-se ao acolhimento enquanto uma possível solução, tendo como referência a sua própria família biológica. Destas, seis crianças e jovens manifestaram-se favoravelmente, justificando-se com as condições existentes nos centros residenciais, designadamente no acesso a escolas que os seus pais não poderiam assegurar.

No centro de acolhimento (...) temos melhores condições do que teríamos em casa (AR_1).

Por exemplo (...) se a tua mãe não tiver muito dinheiro não te pode inscrever, que É muito caro, mas aqui sempre te podes inscrever em qualquer escola (AR_2).

Dois crianças e jovens expressaram uma opinião oposta usando o mesmo argumento.

Eu tinha boas condições em minha casa (...) eu acho uma falta de respeito tirar os filhos às mães, deviam ser presos (AR_3).

Entre as crianças e jovens em acolhimento familiar, oito manifestaram uma opinião positiva, referindo tratar-se de uma melhor solução, comparativamente com as que estavam em acolhimento residencial. Quatro crianças e jovens dizem que recebem maior atenção e que existe maior proximidade.

Uma instituição, as pessoas não se preocupam lá muito connosco (...) na família de acolhimento, eu tiro uma nega, a minha tia preocupa-se comigo e põe-me de castigo (...) se eu faço asneiras, ela dá-me na cabeça, enquanto que no centro não era bem assim (AF_4).

Dão-nos mais atenção do que numa instituição, temos mais proximidade com a pessoa (AF_5).

A família de acolhimento é mesmo comparada a uma “família normal”, por quatro crianças e jovens, reconhecendo-a como fonte de amor e também de educação.

Eu acho que numa família de acolhimento acaba por ser mais semelhante a uma vida de uma pessoa que não é acolhida (AF_6).

Têm na mesma o amor que os pais podiam dar, educação e essas coisas (AF_7).

3.1.2. Características da experiência de acolhimento

A experiência de acolhimento foi abordada, do ponto de vista dos seus aspetos positivos e negativos. No que respeita aos aspetos positivos, as crianças e jovens em acolhimento residencial remetem o melhor da sua experiência para aspetos materiais, como o facto de terem acesso a atividades (e.g., idas à piscina, praia e outras saídas) e a condições que de outra forma não teriam oportunidade. Neste sentido, a família biológica volta a estar subjacente ao discurso das crianças e jovens, pois é evocada para contrapor e explicar a diferença entre a situação atual e a anterior.

A melhor coisa daqui é, por exemplo, não passar fome e ter um teto para viver (AR_8)

A minha mãe ela tinha um part-time, tanto trabalhava como não trabalhava, na casa da minha mãe não me sentia sempre à vontade, às vezes chegava a casa, pedia para comer e a minha mãe dizia-me “olha, só tens isto e isto, agora tens de escolher” (...) nunca sabia, podia acordar com muita comida, mas no outro dia podia acordar sem nada (AR_2).

As crianças e jovens em acolhimento familiar referem-se aos aspetos afetivos na situação atual. Neste sentido, a análise do discurso revela que o melhor da situação de acolhimento é o facto de receberem amor e atenção, e sentirem-se numa situação idêntica à que vivem as crianças e jovens que estão com as suas famílias biológicas (todos as seis crianças e jovens que abordaram esta subcategoria). Duas referiram ainda o acesso a melhores condições, complementando com o carinho recebido na família de acolhimento.

Não são os nossos pais, de resto acho que não há diferença. Pelo menos, as pessoas com quem eu estou tratam-me super bem, não vejo diferenças (AF_5).

É que nós sabemos que temos ali com quem contar, que temos ali amor e carinho, que sabemos que aquelas pessoas nos vão dar aquilo que podem, do bom e do melhor (AF_7).

Bens materiais eu sei que tenho muito mais na família do acolhimento do que os meus próprios pais, mas amor e carinho é dos dois lados (AF_9).

A melhor coisa é ser tratada como filha, ser tratada igual aos outros (AF_10).

Relativamente aos aspetos negativos, as crianças e jovens em acolhimento residencial focam o facto de estarem longe da família biológica (seis das oito crianças e jovens que se referiram a esta subcategoria).

É que não estamos com a nossa família e depois, ao fim de semana, alguns passam pouco tempo e uns deixam passar férias e outros não (AR_11).

Estar sem os pais. Os pais, os familiares, qualquer um familiar. Podiam dormir um dia aqui um dia não (AR_3).

A pior coisa é estarmos longe da nossa família (AR_8).

O pior é quando nós não temos muito contato com a nossa família (AR_12).

Um jovem refere ainda os castigos e a falta de privacidade como um aspeto negativo do acolhimento residencial.

No acolhimento familiar, as crianças e jovens têm mais dificuldade em identificar aspetos negativos, referindo mesmo que estes não existem (quatro das sete crianças e jovens com referências a esta subcategoria). Três crianças e jovens referem as restrições à sua liberdade como sendo o aspeto mais marcante, ainda que reconheçam que, por um lado, algumas decisões competem ao tribunal e, por outro lado, as regras existentes na família de acolhimento são idênticas às regras que devem existir na família biológica.

Tem os seus quês. Por exemplo, a minha mãe se eu lhe pedir para ir a algum sítio, ela deixa-me e depois na família de acolhimento não é assim, e se for com alguém da família que eles não conheçam ainda pior. Têm de estar no processo, é muito complicado, não dá para fazer quase nada e eu fico um bocado chateada com isso, porque as outras crianças divertem-se, saem sem precisar disso tudo do tribunal e é só isso (AF_5).

Porque se não conhecer bem, não pode sair. Agora como sou mais velha, já consigo contornar isso, já tenho a confiança necessária, se não a quebrar. É exatamente como os pais, até quebrar a confiança estou à vontade, mas se começar a quebrar, é o normal. Mas é mais a questão da liberdade (AF_7).

3.2. Tema: Relacionamentos com pessoas significativas

3.2.1. Família biológica

O contacto com a família biológica é referido como sendo muito importante pela maioria das crianças e jovens nos dois contextos (oito crianças e jovens em acolhimento residencial e sete crianças e jovens em acolhimento familiar). No entanto, duas crianças e jovens em acolhimento residencial referem que não mantêm contacto, argumentando que não sentem falta do mesmo, dado os eventos negativos ocorridos no passado em sua casa. Das crianças e jovens em acolhimento familiar, uma jovem refere que a importância atribuída no início da situação de acolhimento ao contacto com a família biológica foi diminuindo, uma vez que também não é procurada pelos pais.

3.2.2. Profissionais do acolhimento/ família de acolhimento

A relação com os profissionais do acolhimento residencial e com os membros da família de acolhimento é descrita pelas crianças e jovens de forma positiva, pautada por carinho e amor. Seis das crianças e jovens em acolhimento residencial e cinco das crianças e jovens em acolhimento familiar expressam esta opinião. As crianças e jovens em

acolhimento residencial colocam também a tónica no facto de os profissionais demonstrarem paciência e “aturarem” alguns dos seus comportamentos e “birras”.

Eu acho que todos aqui são uns anjos por nos aturarem todos os dias... Têm uma paciência do tamanho do mundo (AR_13).

Porque nós às vezes fazemos birras... (AR_3).

Estas crianças e jovens referem ainda os castigos recebidos face aos maus comportamentos e o receio das penalizações, levando a que por vezes se inibam na partilha de argumentos, ainda que considerem que possam ter razão.

Quando acontece alguma situação aqui no centro e, muitas vezes, sei lá, elas não têm razão e nós temos de tentar dar as nossas razões, mas nós não dizemos porque já sabemos o que é que depois pode acontecer. Então calamo-nos... (AR_13).

Por sua vez, duas das crianças e jovens em acolhimento familiar sublinham no seu discurso que as relações de afeto com a família não surgem de imediato, aquando o início da situação de acolhimento.

Sim, mas ao início tu não gostas logo muito daquela pessoa... Eu não conhecia a minha tia, achas que ia logo “olhe gosto muito de si”. No primeiro dia?! (AF_4)

3.2.3. Amigos

As crianças e jovens dos dois grupos revelam que os seus amigos conhecem a sua situação de acolhimento. Sete crianças e jovens em acolhimento residencial e nove crianças e jovens em acolhimento familiar partilham esta realidade, com algumas delas a identificarem comentários e questões dos amigos que as deixam mais desconfortáveis, embora sejam unânimes em referir que, no momento presente, não se sentem alvos de discriminação ou *bullying* baseado na situação de acolhimento que vivem.

Os meus amigos reagem normalmente (AR_2).

Desde a primária que eles já sabem que eu ando numa família e reagem bem (AR_8).

Três crianças e jovens referem que se sentem desconfortáveis com a curiosidade evidenciada pelos amigos para conhecerem o acolhimento residencial e familiar, enquanto outras duas crianças e jovens manifestam desagrado quando os amigos se referem a si com expressões como “coitadinhos”.

Alguns pensam que nós somos coitadinhos, não tem nada a ver... (AF_5)

Sim, sim. Isso é horrível (AF_9).

Cinco crianças e jovens revelam que, embora já não se verifique, se sentiram discriminados quando mais novos – na primária ou início numa nova escola – por viverem em situação de acolhimento, o que se foi desvanecendo com a idade e a familiaridade com os amigos.

3.3. Tema: Autodeterminação

3.3.1. Privacidade

A privacidade é um aspeto descrito de forma distinta na produção discursiva entre as crianças e jovens dos dois grupos. Das dez crianças e jovens em acolhimento residencial com menções a esta categoria, todas referem que sentem falta de privacidade relativamente ao seu espaço e aos seus pertences. Neste sentido, as crianças e jovens revelam falta de espaço para atividades pessoais, como o estudo.

Lá em baixo, eu tanto estava tipo, tanto tinha um frasco de perfume, como ia tomar banho, vinha e já não tinha (AR_2).

No 4.º ano, quando eu vinha com TPC de matemática, estava a estudar e estava muito gente aqui a falar e eu baralhava-me muitas vezes (AR_3).

Em contrapartida, as sete crianças e jovens com referências a esta categoria, referem que a sua privacidade é respeitada e fomentada pela família de acolhimento, existindo o ensino de comportamentos como bater à porta do quarto a todos os membros da família.

A minha tia quando quer entrar no meu quarto, bate-me à porta e é a minha tia (...) quando alguém quer entrar no meu quarto bate sempre à porta e eu tenho sempre a minha privacidade sossegada, sempre sossegado no meu quarto (AF_4).

3.3.2. Autonomia na tomada de decisão

Dez crianças e jovens em acolhimento residencial e nove em acolhimento familiar apresentaram produção discursiva relacionada com a autonomia na tomada de decisão. Das crianças e jovens em acolhimento residencial, apenas uma reportou ser ouvida em decisões sobre atividades, projetos e eventos, enquanto as restantes manifestaram não serem chamadas a participar. A análise do discurso das crianças e jovens em acolhimento familiar revelou unanimidade nas referências a esta categoria, com as crianças e jovens a manifestarem que são consideradas nas tomadas de decisão e a valorizarem essa participação, a qual contribui para que se sintam mais integradas nas dinâmicas familiares.

Eu explico, nós temos aqui em X e muitas vezes eles não nos perguntam, inscrevem-nos logo e há muitos projetos que nós não gostamos e vamos (AR_12).

Eu não me lembro, mas sei que se for preciso eles ouvem (AR_2).

Um dos aspetos específicos da tomada de decisão reporta-se à gestão da mesada. Neste domínio, quatro crianças e jovens do primeiro grupo revelaram a necessidade de pedir autorização para e revelar onde pretendem despende o dinheiro, enquanto que quatro crianças e jovens em acolhimento familiar indicaram que podem fazer uma gestão autónoma, referindo mesmo guardar o dinheiro da mesada para satisfazer as suas necessidades.

3.3.3. Perspetivas de futuro

Os desejos em relação ao futuro incluem referências à continuidade dos estudos, bem como à vida pessoal. Relativamente à primeira subcategoria, é possível verificar uma tendência distinta entre o discurso das crianças e jovens em acolhimento residencial e as em acolhimento familiar. Doze das crianças e jovens do primeiro grupo manifestaram-se sobre a vontade de prosseguir os estudos na faculdade, das quais oito foram de opinião positiva e quatro de opinião negativa. No que concerne ao segundo grupo, das onze crianças e jovens com referências a esta subcategoria, três manifestaram vontade de prosseguir com os estudos na faculdade, enquanto oito afirmaram o seu desejo de iniciar um trabalho imediatamente após o término da escolaridade obrigatória.

Quero acabar só o 12º e depois trabalhar (AF_10).

Sim, quero continuar a estudar. Eu já sei o que vou seguir...educação básica (AR_11).

Quanto à vida pessoal, foi possível verificar que o desejo mais presente no discurso do grupo de crianças e jovens em acolhimento residencial prende-se com o regresso à família biológica (oito das dez crianças e jovens com referências nesta subcategoria), enquanto as crianças e jovens em acolhimento familiar exprimiram a sua aspiração para construir uma vida diferente da família biológica (cinco das oito crianças e jovens com referências nesta categoria).

Imagino com uma vida diferente dos meus pais. Desde pequena que sempre pensei para mim própria que gostava de ter uma vida estável, diferente da minha mãe, mostrar que conseguia fazer algo que eles não fizeram e espero conseguir algo para esse fim (AF_5).

4. Discussão

A análise de conteúdo permitiu identificar diferenças ao nível do discurso entre as crianças e jovens em acolhimento residencial e as em acolhimento familiar. As modalidades de acolhimento têm conotações diferentes relativamente à forma como são perspectivadas pelas crianças e jovens enquanto uma solução. Embora, as crianças e jovens em acolhimento residencial também refiram a dimensão afetiva, que pauta o relacionamento com o staff da instituição, os sentimentos como o amor e o carinho são evocados com maior frequência pelas crianças e jovens em acolhimento familiar, corroborando estudos anteriores (e.g., Delgado et al., 2019; Lausten e Fredriksen, 2016). Neste sentido, a família de acolhimento é comparada por algumas crianças e jovens a uma “família normal”, afirmando que não existem diferenças entre a situação que vivenciam e aquilo que seria expectável numa família biológica. De referir que estas crianças e jovens sublinham também o facto de a família de acolhimento lhes proporcionar condições materiais e de privacidade, nomeadamente melhores condições habitacionais e de alimentação, a que não teriam acesso na família biológica, confirmando conclusões de outros estudos (e.g., Schütz et al., 2015). As crianças e jovens em

acolhimento residencial revelam no seu discurso que percebem o acolhimento como uma forma de acederem a melhores condições materiais e mais perspectivas de futuro, embora também identifiquem aspetos negativos na sua situação, sobretudo o afastamento da família biológica, que implica não só o afastamento de casa, mas em muitos casos o afastamento dos irmãos, dos amigos e da escola. De facto, a família biológica está constantemente presente no discurso das crianças e jovens em acolhimento residencial, seja pelo sentimento de saudade, seja pela expectativa de regressarem ao seu lar ou, ainda, pelas condições difíceis que viveram no seu seio familiar. Este maior afastamento da família biológica é também um problema já referenciado por outros autores (e.g., Carvalho e Manita, 2010; Chapman et al., 2004).

As crianças e jovens em acolhimento residencial referem que não são chamados a participar na tomada de decisão sobre as atividades e eventos da instituição; enquanto as crianças e jovens em acolhimento familiar sentem-se ouvidos na tomada de decisão sobre a sua própria vida, o que pode ser entendido como mais um fator que contribui para o sentimento de pertença a uma família, como referem outros estudos (e.g., Carvalho e Manita, 2010; Delgado et al., 2019).

Das crianças e jovens que participaram nos grupos focais, três não têm contacto com a família biológica. A produção discursiva destas crianças e jovens, como não são procuradas pela sua família biológica, tende a desvalorizar e a descrever como menos relevante a relação com os pais. Esta desvalorização pode indiciar o recurso a uma estratégia protetora, que legitima e “normaliza” a sua situação.

As crianças e jovens dos dois grupos não parecem ter reservas em revelar aos seus amigos a situação em que vivem, embora algumas crianças e jovens relatem episódios de discriminação ocorridos no passado, nomeadamente na frequência do primeiro ciclo de estudos, ou na transição para uma nova escola. Esta questão também foi relatada no estudo de Dinisman et al., (2012), a propósito das mudanças significativas nos contextos de vida das crianças e jovens. De facto, os pais podem por vezes demonstrar atitudes, comentários e comportamentos de discriminação face às crianças e jovens em situação de acolhimento, o que parece diminuir quer com a idade, quer com o contacto e familiaridade com as crianças e jovens em situação de acolhimento. Como Newland et al. (2014) e Delgado et al. (2019) já apontaram, boas experiências das crianças e jovens na família, na escola e na comunidade, contribuem para maiores níveis de bem-estar subjetivo, mesmo quando estão em acolhimento residencial (Drapeau et al., 2007).

Em ambas as situações de acolhimento, as crianças e jovens têm perspectivas “normais” para a sua vida futura, nomeadamente o estudar no ensino superior ou trabalhar após a escolaridade obrigatória. Isto pode indiciar a importância da estabilidade no acolhimento, como fator que poderá contribuir para o desenvolvimento de sentimentos de pertença, de segurança e de confiança, os quais são fundamentais para o futuro destas crianças e jovens (Llosada-Gistau et al., 2019).

No entanto, é relevante o facto de todas as crianças e jovens em acolhimento residencial mencionarem a vontade de estudar no ensino superior, ao contrário das que estão em acolhimento familiar, onde a maioria manifesta vontade de entrar no mundo laboral após a escolaridade obrigatória. O que determinará estas tendências? Uma explicação poderá indiciar que o acompanhamento educativo realizado pelas equipas do acolhimento residencial aponta para trajetórias de vida mais orientadas para a formação escolar completa, enquanto que o contexto educativo no acolhimento familiar, ao revelarem-se as dificuldades da vida e do sustento, suscita nas crianças e jovens a necessidade de trabalhar mais cedo, de modo a poderem ajudar mais a sua família de afetos e a retribuir deste modo o apoio recebido. Outra explicação poderá partir da maior preocupação das famílias de acolhimento com a aprendizagem de uma profissão e a transição para o mercado de trabalho, conforme concluem outros estudos (Brady e Gilligan, 2019).

O maior contacto com a realidade poderá levar as crianças e jovens em acolhimento familiar a ter os “pés mais bem assentes na terra” e a evitar fantasias que dificilmente se cumprirão como projetos de vida. Esta opção poderá, inclusivamente, ser reforçada pelo estrato social das famílias de acolhimento e pelas suas habilitações, que são maioritariamente médias ou baixas (Delgado et al., 2013). Esta última explicação é reforçada pelos dados disponíveis, que mostram que as crianças e jovens em acolhimento residencial têm percursos educativos de maior insucesso quando comparadas com as do acolhimento familiar (Delgado et al., 2019; Oliveira et al., 2015; Schütz et al., 2015). São, aliás, verdadeiramente excecionais as que conseguem chegar ao ensino superior, em qualquer dos grupos (Instituto da Segurança Social, 2018).

Assim, são as questões relacionadas com a autodeterminação das crianças e jovens que mais as diferenciam no contexto das duas medidas de proteção. As crianças e jovens em acolhimento residencial referem a falta de privacidade, a não participação nas decisões, a vontade de continuar os estudos e o desejo de regressar à família biológica. Enquanto, as crianças e jovens em acolhimento familiar consideram ter privacidade, participarem nas decisões, quererem iniciar a vida laboral mais cedo e contruírem uma vida diferente da dos seus pais biológicos. Estes resultados sugerem que as diferentes realidades educacionais em cada tipo de acolhimento poderão determinar diferentes projetos de vida: maior independência as crianças e jovens institucionalizadas, e uma maior dependência de afetos no caso do acolhimento familiar.

5. Conclusão

Este estudo, com base em grupos focais com crianças e jovens entre os 11 e 15 anos em acolhimento residencial e acolhimento familiar, permite concluir que elas consideram a sua situação atual como mais vantajosa em relação à situação

em que viviam antes. As crianças e jovens em acolhimento residencial, malgrado sentirem a falta da proximidade afetiva com a sua família biológica, têm consciência de que existiam falta de condições materiais na sua vida anterior, e das quais podem agora usufruir na situação de acolhimento. No caso do acolhimento familiar é evidente que a relação próxima com uma família permite um maior envolvimento afetivo, para além do acesso a melhores condições materiais.

Ambos os grupos consideram fundamental a manutenção do contacto com as suas famílias biológicas. As crianças e jovens mantêm um bom relacionamento com os seus cuidadores, embora com maior afeto no caso do acolhimento familiar, e parece que gerem bem a sua situação nas relações de amizade.

No que diz respeito à autodeterminação, encontram-se aqui as maiores diferenças, nomeadamente no que concerne aos projetos de vida, pois a maioria das crianças e jovens em acolhimento familiar desejam ingressar cedo no mercado de trabalho, porventura para ajudar os seus pais biológicos e a família de acolhimento. Estas vontades parecem ter origem nos modelos educacionais seguidos nas diferentes medidas de proteção. No acolhimento residencial, de modelo profissionalizado, seguir-se-á uma matriz de “normalidade” que aponta para a necessidade de ter o máximo de escolaridade para se singrar na vida. Enquanto que o relacionamento afetivo no acolhimento familiar, aliada à preocupação dos acolhedores com a transição para o mercado de trabalho, e ao contacto e integração nos contextos sociais e profissionais das famílias de acolhimento, induzirá, provavelmente, nas crianças e jovens o desejo de encontrarem uma ocupação laboral o mais cedo possível para poderem contribuir para o sustento material dos agregados familiares.

Obviamente, um estudo com 28 crianças e jovens tem as suas limitações, nomeadamente em relação à generalização dos resultados, pois trata-se de uma amostra de conveniência. No entanto, é sempre importante dar a voz às crianças e jovens, de modo a aferir a eficácia das medidas de proteção no desenho de projetos de vida, que permitam contribuir para a sua inclusão social e, na medida do possível, para a sua felicidade.

Consideramos que as questões relacionadas com o tema da autodeterminação das crianças e jovens em acolhimento merecem maior aprofundamento em investigações futuras, de modo a determinar, de forma mais objetiva, a possível relação entre os modelos educacionais nas duas medidas de proteção e o modo como as crianças e jovens ambicionam e projetam os seus percursos de vida.

6. Referências bibliográficas

- Alcantara, S. C., González-Carrasco, M., Montserrat, C., Viñas, F., Casas, F., Abreu, D. P. (2017). Peer violence in the School Environment and Its Relationship with Subjective Well-Being and Perceived Social Support Among Children and Adolescents in Northeastern Brazil. *Journal of Happiness Studies*, 18(5), 1507-1532. <https://doi.org/10.1007/s10902-016-9786-1>
- Ben-Arieh, A. (2006). *Measuring and monitoring the well-being of young children around the world*. Paper commissioned for the EFA Global Monitoring Report 2007, Strong foundations: Early childhood care and education. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147444>.
- Brady, E., Gilligan, R. (2019). Supporting care-experienced adults' educational journeys: “Linked lives” over the life course. *Child & Family Social Work*, 1-9. <https://doi.org/10.1111/cfs.12677>
- Carvalho, J. M. S., Delgado, P., Montserrat, C., Llosada-Gistau, J., Casas, F. (2020). Subjective Well-Being of Children in Care: Comparison between Portugal and Catalonia. *Child and Adolescent Social Work Journal*. <https://doi.org/10.1007/s10560-020-00675-3>
- Carvalho, T., Manita, C. (2010). Percepções de crianças e adolescentes institucionalizados sobre o processo de institucionalização e a experiência na instituição. In *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* (pp. 3326-3335). Braga: Universidade do Minho.
- Casas, F., Alfaro, J., Sarriera, J. C., Bedin, L., Grigoras, B., Bălătescu, S., Malo, S., Sirlopú, D. (2015). El bienestar subjetivo en la infancia: Estudio de la comparabilidad de 3 escalas psicométricas en 4 países de habla latina. *Psicoperspectivas*, 14(1), 6-18. <https://doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol14-issue1-fulltext-522>
- CDC (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Ministério Público, Portugal. Procuradoria-Geral da República. Gabinete de documentação e direito comparado (em linha): http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao_sobre_direitos_da_crianca.pdf. Acedido em 7 de julho de 2020.
- Children's Worlds. (2016). *Children's views on their lives and well-being in 17 countries: Key Messages from each country*. Jacobs Foundation (em linha). http://www.isciweb.org/_Uploads/dbsAttachedFiles/KeyMessagesfromeachcountry_final.pdf. Acedido em 12 de novembro de 2019.
- Delgado, P., Carvalho, J. M. S., Correia, F. (2019). Viver em acolhimento familiar ou residencial: O bem-estar subjetivo de adolescentes em Portugal. *Psicoperspectivas*, 18(2), 1-14. <https://doi.org/10.5027/psicoperspectivas-Vol18-Issue2-fulltext-1605>
- Delgado, P., López, M., Carvalho, J., Del Valle, J. (2015). Acolhimento Familiar em Portugal e Espanha: Uma Investigação Comparada sobre a Satisfação dos Acolhedores. *Psychology/Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(4), 639-648. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-7153.201528423>.
- Delgado, P., Sousa, A., Bertão, A., Moreiras, D., Timóteo, I., Oliveira, J., ..., Pinto, V. (2013). *Acolhimento Familiar de Crianças. Evidências do presente, desafios para o futuro*. Porto: Legis Editora.

- Dell'Aglio, D., Siqueiro, A. (2010). Preditores de Satisfação de Vida de Jovens em Situação de Vulnerabilidade no Sul do Brasil. *Psicobate*, 10, 213-230. <https://doi.org/10.18682/pd.v10i0.397>
- Dinisman, T., Montserrat, C., Casas, F. (2012). The subjective well-being of Spanish adolescents: Variations according to different living arrangements. *Children and Youth Services Review*, 34(12), 2374-2380. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2012.09.005>
- Drapeau, S., Saint-Jacques, M. C., Lepine, R., Begin, G., Bernard, M. (2007). Processes that contribute to resilience among youth in foster care. *Journal of Adolescence*, 30, 977-999. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2007.01.005>
- González, M., Gras, M. E., Malo, S., Navarro, D., Casas, F., Aligué, M. (2015). Adolescents' Perspective on Their Participation in the Family Context and its Relationship with Their Subjective Well-Being. *Child Indicators Research*, 8(1), 93-109. <https://doi.org/10.1007/s12187-014-9281-3>
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2018). *Casa 2017. Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Lausten, M., Fredriksen, S. (2016). Do you love me? An empirical analysis of the feeling of love amongst children in out-of-home care. *Scottish Journal of Residential Child Care*, 15(3), 90-103. <https://doi.org/10.14324/111.444.ijsp.2017.07>
- Lima, R., Morais, N. (2018). Bem-estar subjetivo de crianças e adolescentes: revisão integrativa. *Ciencias Psicológicas*, 12(2), 249-260. <https://doi.org/10.22235/cp.v12i2.1689>
- Llosada-Gistau J., Montserrat C., Casas F. (2015). The subjective well-being of adolescents in residential care compared to that of the general population. *Children and Youth Services Review*, 52, 150-157. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2014.11.007>
- Llosada-Gistau, J., Casas, F., Montserrat, C. (2017). Cómo influye el sistema de protección en el bienestar subjetivo de los adolescentes que acoge? *Sociedad e Infancias*, 1, 261-282. <https://doi.org/10.5209/SOCI.55830>
- Llosada-Gistau, J., Casas, F., Montserrat, C. (2019). The subjective well-being of children in kinship care. *Psicothema*, 31(2), 149-155. <https://doi.org/10.7334/psicothema2018.302>
- Montserrat, C., Dinisman, T., Baltatescu, S., Grigoras, B. A., Casas, F. (2015). The Effect of Critical Changes and Gender on Adolescents' Subjective Well-Being: Comparisons across 8 Countries. *Child Indicators Research*, 8(1), 111-131. <https://doi.org/10.1007/s12187-014-9288-9>
- Newland, L. A., Giger, J. T., Lawler, M. J., Carr, E. R., Dykstra, E. A., Roh, S. (2014). Subjective well-being for children in a rural community. *Journal of Social Service Research*, 40(5), 642-661. <https://doi.org/10.1080/01488376.2014.917450>
- Oliveira, C., Rocha, I., Trigo, L. (2015). Estudar e aprender em instituições de acolhimento: o papel de variáveis individuais e contextuais. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 15, 159-185.
- Ramião, T. (2014). *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em perigo. Anotada e Comentada*. Lisboa: Quid Juris?
- Rees, G., Dinisman, T. (2015). Comparing children's experiences and evaluations of their lives in 11 different countries. *Child Indicators Research*, 8(1), 5-31. <https://doi.org/10.1007/s12187-014-9291-1>
- Schütz, F., Sarriera, J., Bedin, L., Montserrat, C. (2015). Subjective well-being of children in residential care: Comparison between children in institutional care and children living with their families. *Psicoperspectivas*, 14(1), 19-30. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivasvol14-issue1-fulltext-517>.
- Wilson, S., Heana, S., Abebe T., Heaslipa, V. (2020). Children's experiences with Child Protection Services: A synthesis of qualitative evidence. *Children and Youth Services Review*, 113. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2020.104974>